

**"Rio não se sobressai quando o tema é práticas de corrupção", diz procurador**

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Os esquemas de corrupção identificados pelo braço da Operação Lava Jato no Ministério Público Federal do Rio, que levaram à prisão o ex-governador Sergio Cabral, ocorrem em outros Estados, afirmou nesta quinta-feira, 7, o procurador da República Eduardo El Hage, integrante da força-tarefa. "O Rio de Janeiro de forma alguma se sobressai quando o tema é práticas de corrupção", disse El Hage, em palestra no "II Fórum: a mudança do papel do Estado: estratégias para o crescimento", promovido pela Fundação Getulio Vargas, em parceria com a Universidade Columbia. O procurador destacou que já trabalhou nas Procuradorias Regionais da República de outros Estados, como Mato Grosso do Sul, Tocantins e Bahia. Segundo El Hage, em todos os casos de corrupção no qual trabalhou, "os modus operandi era muito parecido e semelhante". "O que conseguimos aqui no Rio foi desmantelar uma organização criminosa instalada há muito tempo", disse El Hage, completando que isso foi por causa de modernas técnicas de investigação e mudanças na lei, fortalecendo o instrumento da delação premiada. "Não tenho dúvida que em outros Estados a situação se repete e daí para pior", completou El Hage. Para El Hage, o caso fluminense pode ter sido tão grave por causa dos investimentos para eventos como a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016. O procurador destacou que o Rio está mais à frente em termos de investigações de esquemas de corrupção na esfera estadual, à frente inclusive do Paraná, cuja Procuradoria Regional da República começou a Lava Jato. "O Rio está na vanguarda", disse El Hage, destacando que o trabalho ainda não terminou. "2018 vai haver muito mais coisa por aí. O trabalho é imenso", disse El Hage. Perseguição política O procurador afirmou também que não há perseguição política na atuação das investigações sobre corrupção. "Aqui no Rio não houve qualquer acusação a respeito de perseguição. Talvez por falta de militância do PMDB, porque seguimos as mesmas práticas (da força-tarefa da Lava Jato) de Curitiba", afirmou. El Hage lembrou ainda que, mesmo depois do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, duas denúncias contra o presidente Michel Temer foram feitas pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Miller O procurador afirmou ainda que o caso do ex-procurador Marcelo Miller, investigado por supostas irregularidades no processo de delação premiada de executivos do frigorífico JBS, foi pontual. O procurador destacou, porém, que o caso está sendo investigado pelo próprio MPF. "É um sinal de que não se fechou os olhos para práticas indevidas", afirmou El Hage. "Por um lado é ruim, por outro é um sinal saudável de que a instituição está investigando os próprios pares", completou El Hage. Segundo o procurador, isso não é comum em outras instituições, como o Judiciário, onde muitas irregularidades são relevadas. El Hage evitou fazer comentários sobre a negociação do acordo de delação premiada, mas disse que "foi um processo de colaboração que deixou a desejar e poderia ter sido melhor executado".